

Aprovada na 775ª sessão.

ALADI/CR/Ata 774
(Extraordinária e Solene)
21 de julho de 2001

ATA DA 774ª SESSÃO, EXTRAORDINÁRIA E SOLENE, DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. O Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração recebe a visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da República da Costa Rica, Miguel Angel Rodríguez Echeverría.

Preside:

ELBIO ROSSELLI

Assistem: Carlos Onis Vigil, Jorge Alberto Ruiz e Gustavo Vivacqua (Argentina), Willy Vargas Vacaflor e María Elena García de Baccino (Bolívia), José Artur Denot Medeiros e Maria Elisa Rabello Maia (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda, Flavio Tarsetti Quezada e María Antonieta Jara (Chile), Arturo Sarabia Better e Guillermo Serna Meléndez (Colômbia), Miguel Martínez e Fidel Ortega Pérez (Cuba), Juan Carlos Faidutti Estrada e Carlos Santos Repetto (Equador), Arturo Juárez (México), Ruben Ramírez Lezcano e Gloria Irma Amarilla Acosta (Paraguai), Carlos Higuera Ramos, Ricardo B. Romero Magni e Ezio Valfré Hernández (Peru), Elbio Rosselli, José Roberto Muineló, Ana Teresa Ayala e Carlos Gitto (Uruguai), Rodigo Arcaya Smith, Carlos Longa González e Magdalena Simone (Venezuela), Marlene Gómez Calderón (Costa Rica), Ernesto Ferreira Rusconi (El Salvador), Guillermo Estrada Strecker (Guatemala), Luis Ramón Ortiz Ramírez (Honduras), Igor Romanchenko (Rússia) e Tomas E. Mulleady (IICA).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretário-Geral Adjunto: Gustavo Adolfo Moreno.

Comitiva Oficial: Roberto Rojas, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Costa Rica, Rodolfo Piza Rocafort, Presidente-Executivo de C.C.S.S., Constantino Urcuyo, Assessor Presidencial, José Miguel Villalobos, Assessor Presidencial, e Roxana Pacheco, Diretora da Casa Presidencial.

Convidado Especial: Didier Operti, Ministro das Relações Exteriores do Uruguai.

Corpo Diplomático: Fernando Sandoval Flores, Encarregado de Negócios a.i. da Embaixada do México, e Raymundo Magno, Embaixada do Brasil.

PRESIDENTE. Bom dia. Iniciamos esta sessão extraordinária e solene para receber o Excelentíssimo Senhor Presidente da Costa Rica, Senhor Miguel Angel Rodríguez Echeverría.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores da Costa Rica, Excelentíssimo Senhor Chanceler da República Oriental do Uruguai, Senhores Representantes Permanentes, Senhores Delegados, Senhor Secretário-Geral da ALADI, o Comitê de Representantes tem a grande honra de receber Vossa Excelência nesta sessão solene. Sei que interpreto cabalmente os sentimentos de meus colegas ao dar a Vossa Excelência as mais cordiais boas-vindas e rogar-lhe que se sinta em sua própria casa.

Uma longa história comum entrelaça os cordiais vínculos da Costa Rica com todo o processo de integração regional. Em 1972, a Costa Rica iniciou sua participação como Observador no Comitê Executivo Permanente da então Associação Latino-Americana de Livre comércio (ALALC) e em 1986 assume como Observador no Comitê de Representantes desta Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Nestes anos, altas e distintas personalidades costarriquenhas têm visitado a sede deste Organismo.

Esta Casa da Integração enche-se de alegria hoje ao receber Vossa Excelência porque sua pessoa representa, Senhor Presidente, a nação e o povo costarriquenho. Repetindo o que disse também o ex-Presidente do Uruguai, Julio María Sanguinetti, todos sentimos sempre que onde há um costarriquenho há liberdade; e Vossa Excelência traz, então, esse digno povo a esta Casa.

A América Latina toda professa uma idêntica e sincera admiração pela forma em que seu país tornou-se modelo de paz e de convivência democrática. Todos sentimos, principalmente, um enorme carinho por esse povo irmão, da América Central, cuja cultura determina também a identidade para todos nós.

A conjuntura internacional destes dias e, notadamente, os trabalhos que tem pela frente nosso continente justificam nossa alegria por sua visita. Todos os países da América Latina devemos pensar com urgência, e o estamos fazendo, sobre a forma em que nossa unidade pode ver-se ameaçada no curto prazo, tanto no que tem a ver

com a negociação hemisférica como no que tange à nova rodada multilateral, cuja realização é iminente.

Senhor Presidente, consta-nos que ao longo de sua rica vida acadêmica e política, voltada para as disciplinas da economia, do direito e do desenvolvimento social, Vossa Excelência tem sido protagonista, testemunha, analista e intérprete dos esforços em prol da unidade, feitos pelos países latino-americanos no último meio século, e também, devemos admitir, de seus êxitos e fracassos.

Já em 1967, como jovem assessor do Presidente de seu país, estive em Punta del Este, onde os Chefes de Estado da América assinaram aquela importante Declaração da qual derivou o compromisso, por parte de nossos países, de criar o mercado comum latino-americano. E todos somos conscientes, Senhor Presidente, de que ainda não temos dado os passos certos que nos possam levar até essa meta ideal.

Daquele programa de Punta del Este, sob idéias que hoje poderíamos dizer que podem estar superadas, surgiu uma primeira tarefa que nos obrigava a programar e levar a cabo uma convergência dos processos de liberalização comercial iniciados na década, tanto na América do Sul como na América Central, incluindo o México.

Daquele então até nossos dias, os esforços integracionistas passaram por diversas dificuldades e crises, mas na última década foram abertos caminhos e surgiram projetos sub-regionais que hoje parecem ser a via preferida para conquistar o objetivo comum e aproximar-se, por métodos convergentes, de uma meta de dimensão regional latino-americana.

O Mercado Comum Centro-Americano e o complexo sistema institucional que o processo de integração se deu na América Central constituem um capítulo sumamente interessante no contexto da América Latina e são, por direito próprio, um interlocutor indispensável para que se possa iniciar o diálogo integrador que a América Latina necessita há mais de três décadas.

Este diálogo, entretanto, não se deve limitar aos consabidos contatos de nível técnico, que muitas vezes se defrontam com escolhos e choques de interesses. Ele poderia vir a ser, pela primeira vez, autêntica demonstração da vontade política de todos nossos países, através da decidida resolução de avançar juntos para a unidade latino-americana.

Com vistas a essa meta, lembremos também que se produziu na região um generalizado progresso democrático de nossos países, afirmando-se de Sul a Norte da América Latina regimes de liberdade política, indispensáveis para o avanço firme do processo de integração.

Com estas palavras, mormente com esta convicção, desejo reiterar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, as expressões de afeto e de júbilo que aos países aqui representados ocasiona vossa visita. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Ofereço a palavra ao Embaixador Rojas, que falará em nome da Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República da Costa Rica, Senhor Presidente do Comitê de Representantes, Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores da República da Costa Rica e demais membros da Comitativa Oficial, Excelentíssimo Senhor Chanceler da República Oriental do Uruguai, Senhores Representantes Permanentes, Senhores Representantes dos países Observadores e dos Organismos Observadores, Senhores Secretários-Gerais Adjuntos e demais funcionários da Secretaria-Geral, Senhores Convidados Especiais e amigos, nossa casa se engalana e abre suas portas para receber o Primeiro Mandatário de um pequeno-grande país amigo, muito caro para os sentimentos de nossa nacionalidade e exhibe nossa realidade latino-americana ao mundo, exemplo de estabilidade política, progresso econômico e solidário que vence qualquer prova. Por isso, ao entrar por suas portas, Vossa Excelência encontra-se com os braços estendidos de um grupo de latino-americanos que o recebem entusiasmados, aguardando sua mensagem de alento nesta tarefa que ocupa nossas atividades cotidianas: ajudar a forjar a unidade de nossa região.

Senhor Presidente, Vossa Excelência visita nossa sede em um momento muito especial da integração de nossos países. A Associação recebe hoje Vossa Excelência em um ambiente de grande expectativa e incerteza que nos impõe o dever da economia internacional, que, de forma permanente e secular, vão pautando a evolução econômica dos países que, representados nesta mesa, buscam implementar ações conjuntas para fazer frente a problemas que lhes são comuns. Contudo, não são comuns somente a eles; também são comuns a países que, como o seu, visam objetivos análogos em âmbitos similares ao nosso.

Vossa Excelência encontra-nos dedicados a um grupo de trabalhos que levarão a adequar nosso acionar aos grandes desafios que deve encarar a integração da região latino-americana. A criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), as negociações de vários dos países-membros com a União Européia com vistas a assinar tratados de livre comércio e o eventual lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio não constituem apenas desafios per se, mas desafiam permanentemente a vontade política dos países da Associação, ao lhes exigir um maior grau de integração para assim chegar a uma melhor inserção no sistema econômico internacional.

Nesse contexto, os avanços da ALADI têm sido muito significativos. Os acordos assinados em seu âmbito permitem esperar que para o ano 2007 tenhamos liberalizado 80% de nosso intercâmbio comercial e que ao concluir as negociações em andamento poderíamos esperar que para o findar da presente década contemos com uma liberalização plena desse comércio. No ano 2000, o intercâmbio atingiu pouco mais de 43 bilhões de dólares; entretanto, mais digno de destaque foi que 30 desses 43 bilhões corresponderam a manufaturas.

Contudo, aí não se esgota nosso trabalho. A integração, como fato essencialmente político, manifesta-se progressivamente em âmbitos que transcendem a órbita puramente comercial. Por isso, nossa Associação exhibe, de igual maneira, um acervo de realizações nas áreas da integração física, da ciência e da tecnologia, da cooperação horizontal e, entre outras, da integração cultural, na qual contamos com a ativa participação de seu país.

Senhor Presidente, no ano passado tivemos a oportunidade de visitar a sempre acolhedora cidade de São José. Não fomos alheios às transformações e pujança que exhibe a seus visitantes. Essa transformação e esse crescimento constata-se no

âmbito do aprofundamento da cada vez mais consolidada institucionalidade costarriquenha, baseada na equidade, na justiça social, entendida no sentido mais amplo.

Por tudo isso, ao receber Vossa Excelência e dar-lhe as mais cálidas boas-vindas, saudamos e homenageamos em sua pessoa um povo que com esforço, tenacidade e constância conquistou um lugar de privilégio no contexto internacional.

Muito obrigado e seja bem-vindo.

PRESIDENTE. Em nome deste Comitê, solicito ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Costa Rica que se dirija a nós.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA COSTA RICA (Miguel Angel Rodríguez Echeverría). Obrigado, Senhor Presidente.

Saúdo Vossa Excelência, os Senhores Representantes Permanentes, o Senhor Secretário-Geral, o Senhor Secretário-Geral Adjunto e os funcionários da Associação de uma forma muito especial e com um agradecimento muito grande pela presença do Senhor Chanceler da República Oriental do Uruguai. Sua presença nos honra de maneira especial.

Senhoras e senhores, visito esta Casa da Integração com admiração e com gratidão pelo trabalho que a ALADI tem realizado, ajudando na liberalização do comércio regional, possibilitando esquemas de integração que se encontram em etapas de consolidação e de aprofundamento, como os esquemas do MERCOSUL e da Comunidade Andina, em processos de convergência.

Compareço perante os senhores como Presidente de uma nação centro-americana que desde sempre teve uma vocação clara por sua integração com o comércio internacional.

A história da época colonial costarriquenha é a história da busca infrutuosa e permanente, por parte de um pequeno grupo de colonizadores em uma região pobre e isolada, de um produto que lhes permitisse articular-se com o comércio internacional, realizar exportações e poder importar bens para melhorar seu padrão de vida.

Este fenômeno ocorre na Costa Rica nas primeiras décadas do Século XIX. Em 1832 acontece a primeira exportação de café, através do Chile, para a Inglaterra, e no final dos anos 30 começam as exportações diretas para a Inglaterra, adiantando-se décadas a pequena Costa Rica a países grandes e possantes da América Latina em sua participação no comércio internacional do café. E com essa inserção no comércio internacional, no Século XIX, a Costa Rica, até então, reitero, a mais isolada e pobre das províncias da Capitania General da Guatemala, consegue chegar ao Século XX, terminal do Século XIX, com os índices em educação e saúde que a colocam nos primeiros lugares de nosso Continente.

O comércio internacional foi salvador para a pátria. Permitiu-nos desenvolver uma pequena propriedade, surgida das próprias oportunidades do comércio. Terras desocupadas, próximas, permitiram à população semear o produto de exportação que abria as possibilidades do desenvolvimento humano costarriquenho através da dedicação dos recursos dessas exportações de forma prioritária por parte dos

Governos aos processos de educação, saúde, construção da primitiva infra-estrutura, que foi integrando o país e habilitando nossas melhores possibilidades de comércio através dos portos.

A Costa Rica, solidamente comprometida com o sistema multilateral de comércio, tem uma permanente vocação de apoio à Organização Mundial do Comércio. Desde sua criação e desde antes de participar do GATT, tem trabalhado para estabelecer um grupo pequeno, como corresponde a um país pequeno, porém profissional e muito qualificado, de negociadores especializados no campo do trabalho e do comércio internacional, que tem permitido a nosso país ser respeitado internacionalmente pela seriedade com que enfrenta suas obrigações e responsabilidades nos acordos internacionais de comércio.

Temos apoiado a ALCA com a idéia de concluir negociações o mais rapidamente possível e temos trabalhado para tornar realidade esse acordo no ano 2005. Temos desempenhado também um papel de liderança e de participação ativa na liberalização comercial de nossa região.

Temos, logicamente, tratados de livre comércio. O Tratado do Mercado Comum Centro-Americano, com nossos países irmãos da América Central, e o Tratado de Livre Comércio com o Panamá, desde 1973; com o México, em 1994, assinamos o primeiro tratado de seu tipo entre dois países da América Latina, depois da criação do NAFTA; temos tratados de livre comércio com a República Dominicana, com o Chile e, recentemente, por ocasião da Reunião de Cúpula de Quebec, assinamos o Tratado de Livre Comércio com o Canadá, o primeiro entre um país pequeno e um país do G-7.

Negociamos um novo tratado de modernização de livre comércio com o Panamá, estamos negociando com Trinidad e Tobago e queremos iniciar em breve negociações com a Jamaica.

Durante os anos 98 e 99 lideramos os processos de equiparação da iniciativa da Bacia do Caribe com o NAFTA para que os pequenos países centro-americanos e caribenhos pudessem ter acesso prioritário ao mercado dos Estados Unidos, em condições similares às dos parceiros do NAFTA, para avaliar os desvios de comércio que estava significando a implementação do Tratado do NAFTA.

Através dos sistemas generalizados de preferências temos acesso preferencial a mercados europeus e asiáticos. Continuamos com o trabalho unilateral de redução tarifária; nossa tarifa média atual é de 6%, bem diferente das tarifas médias de 150% que há poucos anos tínhamos na América Central.

A economia costarriquenha, como corresponde a uma economia pequena, é uma economia muito aberta; seu índice de abertura econômica é da ordem de 80%; nossas exportações no ano 2000 foram por 5,8 bilhões de dólares, correspondendo 71% dessas exportações a produtos industriais.

Somos o maior exportador por habitante da América Latina e nos anos 99 e 2000 fomos o maior exportador, em termos absolutos, de produtos de elevada tecnologia da América Latina para os Estados Unidos.

Nossas exportações de elevada tecnologia cresceram 330% entre 1993 e 1999 e nossas exportações de software crescem rapidamente. Na semana passada, uma de

nossas empresas produtoras de software, Arting Soft, recebeu um investimento de Microsoft e uma aliança estratégica com Microsoft aceitou e tomou os produtos desenvolvidos por Arting Soft como a base para a migração entre diferentes programas e idiomas de programação para todo o desenvolvimento que vem fazendo a Microsoft de sua nova plataforma, net, que é o novo grande investimento da Microsoft para o desenvolvimento da Internet. Anteriormente, esta mesma empresa tinha recebido um investimento de Intel, a maior produtora de microchips do mundo. De forma que a maior produtora de microchips e a maior produtora de software e de programação estão investindo nas empresas costarriquenhas de software, pela qualidade dos produtos que estas empresas estão colocando nos mercados internacionais.

Também são importantes nossas importações, que chegaram a 6,373 bilhões de dólares no ano passado e é importante a atividade de turismo, cujos ingressos superaram os 2,300 bilhões de dólares no último ano.

Estamos abertos ao investimento estrangeiro direto, que tem feito aplicações por 500 a 600 milhões de dólares nos últimos anos, demonstrando que as companhias internacionais têm visto e avaliado a solidez da economia costarriquenha e quiseram colocar aí suas fábricas, tanto no campo da alta tecnologia como de produtos para hospitais e de administração de empresas, onde várias empresas têm movimentado sua administração para todo o continente, incluindo operações em administração de finanças, recursos humanos, compras, atividades para a América Latina, para os Estados Unidos e para o Canadá.

Permitam-me comentar com os senhores algumas de nossas preocupações a respeito das correntes do comércio internacional e do momento que estamos vivendo na atualidade. Nós lamentamos profundamente os resultados de Seattle; compartilhamos do que manifestou Mike Moore quando visitou a ALADI, em novembro de 2000: "quando a Conferência de Seattle fracassou, eu disse que essa era a pior notícia para os países mais pobres e mais vulneráveis e que não era uma vitória para o progresso".

Aqueles que vêem injustiça no sistema de comércio, vêem seus desequilíbrios, sabem que a melhor forma de solucionar o desequilíbrio e resolver os problemas relacionados com a injustiça é fazê-lo dentro de uma nova rodada comercial. Se pudéssemos liberalizar a agricultura, além de outros temas, dentro de um pacote equilibrado, representaria pagamentos aos países em desenvolvimento, três vezes mais que toda a ajuda exterior, junta, para o desenvolvimento, de forma permanente, com vistas ao mercado. É algo pelo qual vale a pena lutar.

Compartilho plenamente das palavras do Diretor Mike Moore quando visitou esta Casa e creio que têm grande importância a Conferência Ministerial programada para realizar-se em Catar. Para a Costa Rica é fundamental que se possa chegar a uma rodada ampla, que nos permita avançar especialmente na liberalização do comércio agrícola.

Se comparamos nas últimas décadas, depois da Segunda Guerra Mundial, o crescimento do comércio internacional de artigos industriais com o crescimento internacional dos artigos agrícolas, notamos uma diferença extraordinária: o crescimento dos produtos industriais é muito diferente da forma lenta em que tem crescido o comércio internacional dos produtos agrícolas.

Isso obedece fundamentalmente as medidas protecionistas da União Européia, do Japão, dos Estados Unidos, dos países desenvolvidos, na defesa de seus mercados, com subsídios que nos afligem duplamente. Afligem-nos impedindo nossa capacidade de especialização produtiva e a colocação de nossos produtos em seus mercados e voltam a nos afligir quando seus excedentes são colocados nos mercados mundiais de forma distorcida, baixando também os preços aos quais poderíamos colocar nossos produtos nestes outros mercados internacionais.

A Costa Rica tem grandes esperanças em um sistema multilateral de comércio e na progressiva liberalização por ele propiciada; considera que o futuro dos países pequenos, em desenvolvimento, depende fundamentalmente de que este impulso para a abertura comercial continue e vê com enorme preocupação o crescimento das forças protecionistas nos países desenvolvidas e em todo o mundo.

Amiúde, baseados em argumentos demagógicos e inconsistentes, mas com peso político, dificultam o avanço, rumo a um comércio aberto, fundamental para que possa haver um comércio justo.

A Costa Rica apóia uma rodada de negociações que inclua o princípio de compromisso único, mediante o qual todos os temas de negociação estejam ligados entre si e os resultados sejam adotados de uma só vez, com um só compromisso, para garantir que os temas de interesse de países como os nossos possam ser levados em conta. Apóia a consideração do *status quo* através do qual se assume o compromisso de congelar o nível de acesso a mercados oferecidos aos demais países no momento de iniciar negociações para que não signifique um retrocesso no processo de negociações.

Aprova o princípio da aplicação antecipada dos resultados, mediante a qual estaria sendo promovido, de forma provisória, assumir compromissos e que eles possam aplicar-se em etapas avançadas da rodada de negociação para não adiar completamente as possibilidades de avançar.

A Costa Rica apóia também o lançamento de uma rodada de negociações de ampla abrangência, como disse, incluindo especialmente os temas agrícolas. Integramos o Grupo CAIRNS e sentimo-nos muito satisfeitos de poder trabalhar de forma conjunta com outros países. Muitos dos países aqui representados fazem parte deste Grupo, e com eles compartilhamos deste compromisso com a liberalização do comércio agrícola e com a eliminação dos subsídios que tolhem nossas possibilidades de desenvolvimento.

Consideremos sumamente importante que o Grupo CAIRNS continue seu trabalho de aproximação de países não membros, cuja posição em matéria agrícola seja convergente com os objetivos deste Grupo ou que promovam um avanço substancial nas negociações multilaterais a este respeito, para assim poder ir criando um ambiente adequado para esta nova rodada de negociações.

Os países do MERCOSUL têm-se distinguido por defender posições similares das apresentadas no campo da eliminação de subsídios em matéria agrícola. As propostas, geralmente têm sido apoiadas pela Costa Rica no âmbito do Grupo CAIRNS,

Geralmente têm sido apoiadas pela Costa Rica no âmbito do Grupo CAIRNS as propostas destes países em matéria de subsídios, ajudas internas, créditos à

exportação e acesso a mercados, visto elas se focalizarem no processo de abertura do setor agrícola, em benefício dos países principalmente exportadores de produtos agropecuários, como a Costa Rica.

Em matéria de serviços, a Costa Rica reconhece a necessidade de complementar o desenvolvimento das normas do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços, tema para o qual cada dia é mais importante prestar atenção, pois abrange parte muito significativa das atividades do comércio, e das relações internacionais e nos obriga, certamente, a revisar profundamente a forma como estamos medindo as relações comerciais e de produção porque em muitos casos ficamos para atrás nas formas de medir pragmaticamente as correntes comerciais e não estamos dando todo o significado que têm a geração e o crescimento neste novo setor de serviços, que avança de forma importante e que muitas vezes não captamos em todo seu significado.

Em matéria de investimento, a Costa Rica manifestou em diversas oportunidades seu interesse de que as futuras negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio levem à incorporação de regras multilaterais que pautem o adequado tratamento dos investimentos a fim de garantir um clima mais estável e predizível para os mesmos o que é de benefício para todos os países, especialmente para os pequenos.

A Costa Rica considera que para um bem sucedido desenvolvimento do tema de investimento no contexto multilateral, um acordo sobre este assunto deveria contemplar princípios amplos e abrangentes, fundamentar-se no princípio da não discriminação, pelo qual os princípios da nação mais favorecida e de tratamento nacional representam pilares fundamentais, que devem tratar temas como requisitos de desempenho, incentivos ao investimento e solução de controvérsias. Finalmente, deve contemplar flexibilidade sobre o nível e abrangência de disciplinas que atualmente vêm sendo assumidas.

Desde o início dos esforços para a criação da ALCA, a Costa Rica teve uma participação ativa, apoiou o lançamento de novas iniciativas de negociação e presidiu vários grupos negociadores no Foro da ALCA: o Grupo sobre Investimento, o Grupo sobre Solução de Controvérsias e, na atualidade, o Grupo sobre Compras Governamentais. De fato, a Costa Rica é um dos três países, junto com os Estados Unidos e Canadá, que sempre ocupou uma presidência ao longo desse processo.

A meta da Costa Rica tem sido colaborar para a discussão positiva dos temas a serem tratados nesse foro. Como parte desse compromisso, colaborando através de idéias criativas e construtivas, bem como de propostas específicas. Na passada reunião de Buenos Aires, a VI Reunião Ministerial da ALCA, apoiamos os princípios da Declaração; de forma especial nos interessou muito a divulgação dos acordos alcançados até esse momento para poder integrar melhor a sociedade civil em todo o processo destas negociações.

Na Reunião de Cúpula de Quebec, o Senhor Presidente Batlle disse em seu discurso: "Temos de ajudar o Presidente Bush, devemos ir ver todos os democratas que controlam a metade do Congresso e ajudar o Presidente Bush, temos que trabalhar para que nossos líderes sindicais, nossos líderes políticos, nossos líderes gremiais e empresariais venham falar à sociedade civil estadunidense; temos que mostrar-lhes que todos nós vamos ser melhores e mais justos se lhe ajudamos a conseguir os votos do Congresso. Pode ser que por si só o Presidente Bush não

consiga os votos necessários." Referia-se, logicamente, o Presidente Batlle ao que no passado se chamou *fast track* e agora o *trade promotion authority*. Dei a maior importância a esta declaração do Presidente do Uruguai e poucos dias depois escrevi aos Chefes de Governo e de Estado dos países representados na Reunião de Cúpula de Quebec, fazendo-os lembrar esta proposta do Presidente Batlle, solicitando a cada um de nós fizesse esforços junto aos senadores e representantes do Congresso dos Estados Unidos para ajudar a tornar possível a aprovação do *trade promotion authority*.

Quinze dias atrás participei de reuniões com diversos Comitês do Senado e da Casa de Representantes, promovendo este ponto de vista e assinalando a importância, para os países de todo o hemisfério, da aprovação deste *trade promotion authority*, para que a meta de 2005 possa ser realidade e para que possamos avançar na criação da ALCA.

Também fui explicar-lhes como tínhamos resolvido alguns dos temas políticos mais complicados para a aprovação do *trade promotion authority* em nosso Tratado de Livre Comércio com o Canadá, e desejava também compartilhar disso com os senhores. Como todos sabemos, nos países desenvolvidos, politicamente, um dos temas mais difíceis e espinhosos é a relação entre os temas comerciais e os temas laborais e ambientais.

Uma relação dos temas laborais e ambientais com temas comerciais pode chegar a ser, com muita facilidade, um disfarce para impedir que funcione o livre comércio, uma escusa para que seja unilateralmente aplicada por um dos parceiros e para que os grupos de pressão de um país possam agir de forma que se restrinjam as correntes comerciais e que pareça que está sendo aprovado um processo de liberalização e de abertura, sendo no fundo simplesmente uma aparência para manter ainda uma situação de protecionismo encoberto.

Como resolvemos o tema nas negociações da Costa Rica e Canadá? Assinamos um tratado de livre comércio e subscrevemos acordos laterais, que não formam parte do tratado, em temas laborais e ambientais. Estes acordos consistem fundamentalmente em que ambos os países nos comprometemos a aplicar nossa legislação interna, o que -logicamente- é uma responsabilidade de toda a sociedade para manter seu estado de direito.

Portanto, o compromisso radica em que ambos os países revisamos nossas legislações e constatamos que tínhamos legislações adequadas e que, então, o compromisso consistia em que nossas legislações fossem aplicadas. A nenhum país é dado o direito de julgar e a outra parte está aplicando-o adequadamente; em caso de dúvidas sobre o cumprimento da legislação de um país se deve recorrer a um sistema de arbitragem, a um terceiro, para determinar se existe descumprimento.

Se houver uma situação de descumprimento, ela não afetará no mais mínimo as correntes comerciais, nem determinará a imposição de multas porque se o que nos interessa é que se cumpram as normas laborais e ambientais, isso não se resolve reduzindo o comércio nem impondo multas. Portanto, se há, na realidade e com seriedade, interesse pelo cumprimento dessas normas, como deve ser, o lógico é o que resolvemos nestes acordos com o Canadá: que se evite o descumprimento, que se cumpra, porque o importante é que as normas laborais e ambientais sejam aplicadas adequadamente e não que se restrinjam as correntes comerciais nem que existam multas.

Parece-nos que esse tipo de acordos, como o existente na consolidação deste tratado de livre comércio entre o Canadá e a Costa Rica, exemplifica de forma eficiente como se pode avançar para obter uma solução adequada para estes difíceis problemas ambientais e laborais. isto é o que fomos apresentar a nossos amigos e amigas, Senadores e representantes no Congresso dos Estados Unidos.

Por outro lado, a cláusula democrática que aprovamos na Reunião de Cúpula de Quebec e a Carta Democrática, que esperamos seja aprovada em setembro pela OEA no Peru, ajudam a avançar na proteção dos direitos humanos; a reforma do Sistema Interamericano que a Costa Rica tem propiciado fortalece a base política do processo hemisférico de integração da ALCA e os demais processos bilaterais, regionais e multilaterais de que participamos.

Nossa opinião é que devemos participar, com uma visão integral e de conjunto, do desenvolvimento humano dos povos da América, reconhecendo que é um trabalho que a todos concerne nesta hora em que se levantam tantas vozes para questionar a necessidade da integração e do avanço na liberalização comercial. Mais do que nunca devemos, com muita seriedade, expor a nossos povos a realidade que vemos: o caminho para a excelência, para a criatividade, para a superação dos problemas econômicos, para o aumento da produção... passa pela abertura comercial, pela abertura dos mercados, pelo funcionamento dos mercados mais amplos, que permitam a nossos países colocar adequadamente seus produtos.

É vital fortalecer os blocos comerciais, é vital avançar na convergência dos diferentes blocos regionais; oxalá para a ALCA do ano 2005. É vital aproveitar a oportunidade que nos dá a todos o processo da ALCA para poder tornar realidade essa integração hemisférica.

Permitam-me finalizar com um tema puramente de organização institucional, expondo dúvidas, preocupações e uma agenda; não soluções nem propostas. Se nós formos conscientes do que temos neste hemisfério, perceberemos que temos um sistema institucional de relações complexo, débil, fragmentado.

Temos a Organização dos Estados Americanos, à qual não temos dado todo o apoio que ela requer, que não tem podido avançar na implementação de um sistema interamericano de direitos humanos com maior fortaleza, à qual encomendamos ser a Secretaria do processo das Reuniões de Cúpula, a Secretaria da ALCA, trabalhos que requerem o desenvolvimento de uma estrutura técnica e profissional de uma envergadura muito maior que a que atualmente possui a OEA e com um poder político muito mais forte para poder levar adiante esses trabalhos.

Por outro lado, os países latino-americanos também temos uma institucionalidade fragmentada, dividida, parcial, que nos tolhe a adoção de decisões com facilidade e atuar em conjunto perante as diversas organizações. Temos a ALADI como um grupo especializado e muito importante, trabalhando no campo técnico da integração. Temos o Grupo do Rio, com uma institucionalidade muito fraca, dependendo das Chancelarias da tróica, que o têm dirigido; parece-nos importante que nos perguntemos, no futuro, o que devemos fazer com todas estas instituições latino-americanas e hemisféricas. Como fortalecer-nos? Como convergir? Como apoiar-nos mutuamente? Como trabalhar em conjunto? Como integrar-nos também no aspecto institucional?

Simplemente queria manifestar-lhes esta preocupação, como uma preocupação que a Costa Rica apresentará aos países-membros do Grupo do Rio, a partir do próximo ano, quando exercermos a Presidência desse grupo, e como preocupação que queremos ver se conseguimos que no ano próximo seja possível avançar na busca de soluções criativas e imaginativas, que nos permitam o melhor uso dos escassos recursos humanos com que contamos para estas atividades latino-americanas e hemisféricas.

Agradeço-lhes profundamente a oportunidade de comparecer perante os senhores e compartilhar de alguns elementos da posição da Costa Rica no comércio internacional e de nossas relações hemisféricas. Reitero minha profunda fé, baseada em uma vida dedicada ao estudo destes temas e na experiência das ações governamentais, em que o caminho para o desenvolvimento humano de nossos povos, para vencer a pobreza é um caminho no qual necessariamente devemos integrar mercados abertos, sociedades democráticas para, nesse contexto, fazer um melhor uso de nossos recursos e deixar lugar à extraordinária capacidade criadora de homens e mulheres para que possam, em um ambiente no qual o progresso e o êxito não se baseiem no privilégio mas na criatividade, conseguir que a América Latina supere essa herança de pobreza, pesado fardo e pesada carga moral com que devemos viver. Tenho certeza de que todos nós queremos que nossos filhos e nossos netos possam viver sem essa dor da pobreza em nosso Continente. Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Senhor Presidente, tenho certeza de que represento os sentimentos de meus colegas do Comitê de Representantes ao agradecer profundamente a exposição de Vossa Excelência.

Não somente nos trouxe à colação, em um bom repasse da participação da querida República da Costa Rica no processo de integração regional, mas nos expôs também os sentimentos de um país, valha a reiteração, social e economicamente aberto, que aposta no seu desenvolvimento completo, mediante, justamente, a abertura comercial, e que manifestou que para que a abertura comercial seja um êxito, além de aberto, deve ser justo. E o único comércio justo é a liberalização e a abertura comercial.

Da vocação integradora da Costa Rica e de seu compromisso com o Continente tínhamos conhecimento de sobejo e Vossa Excelência o reafirmou. Além disso, Senhor Presidente, deixa-nos uma pergunta muito desafiante, feita nesta Casa, onde estamos justamente em um exercício também de análise de nosso próprio papel, como forma de ver como contribuir desde esta Associação para a consecução dos objetivos que Vossa Excelência indicava, de bem-estar de nossas nações.

O tema da institucionalidade hemisférica se acrescenta a nossa agenda; esperamos estar contribuindo também para responder as perguntas de Vossa Excelência.

Tenho o prazer de solicitar ao Senhor Secretário-Geral que me acompanhe na entrega ao Senhor Presidente Rodríguez Echeverría de uma bandeja como lembrança de sua visita a nossa sede.

- Entrega-se uma lembrança da Associação.

Também convidamos Vossa Excelência, Senhor Presidente, para que assine o Livro de Visitas Ilustres de nossa Casa. No mesmo sentido, convidamos o Senhor Chanceler Rojas.

- É assinado o Livro de Visitas Ilustres.

Muito obrigado.

- Aplausos.

Convido os Senhores Representantes Permanentes a se aproximarem para tomarmos nossa fotografia oficial, que registrará graficamente a presença do Senhor Presidente da Costa Rica. Obrigado. Encerra-se a sessão.
